

# JUNHO DE 2013, 10 ANOS DEPOIS: UM ENIGMA AINDA A DECIFRAR

JUNE 2013, 10 YEARS LATER: AN ENIGMA STILL UNSOLVED

## **Maria da Glória Gohn**

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e Pós-doc em Sociologia pela New School University, Nova York, EUA. Profª. Titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e Profa. Visitante Sênior da UFABC. PQ CNPq 1A. Foi profa. visitante das Universidades de Córdoba e Complutense de Madri. Bolsista da Fundação Rockefeller em Belágio/Itália, e da Unesco. Coordenadora CP Movimentos Sociais da SBS. Atua nos seguintes temas: movimentos sociais, coletivos, participação social, educação não formal, associativismo, cidadania e políticas públicas. Publicou 22 livros e inúmeros artigos.

## RESUMO

O artigo analisa nas manifestações de junho de 2013 no Brasil a configuração dos atos, os impactos e o legado daqueles protestos. Inicialmente apresentam-se argumentos de alguns autores (as) visando reconstruir elementos desse legado. A seguir, destacam-se questões centrais que emergiram na época: demandas, a composição social dos manifestantes, a questão geracional, a violência nas ruas, a necessidade da reforma política, a dificuldade de diálogo com o poder público, a exposição na mídia e redes sociais. Indaga-se: quais memórias ficaram registradas, quais as mudanças, quais as novidades nas ações coletivas criadas, que tipo de ativismo esteve presente? Como o poder público interagiu com os jovens após 2013? Como o processo de dedemocratização e os atos antidemocráticos impactaram a atuação da juventude? O importante é buscar decifrar seu significado e os enigmas daquela época que impactaram o que veio depois, e compreender por que há uma disputa sobre o seu legado.

**PALAVRAS-CHAVES:** junho de 2013; ativismo; manifestações; protestos sociais; movimentos sociais.

## ABSTRACT

The article analyzes in the protests of June 2013 in Brazil the configuration of the acts, the impacts, and the legacy of those protests. Initially, arguments of some authors are presented to reconstruct elements of this legacy. The following are central issues that emerged at the time: demands, the social composition of the protesters, the generational issue, violence in the streets, the need for political reform, the difficulty of dialogue with the government, exposure in the media and social networks. It is asked: what memories were recorded, what were the changes, what were the novelties in the collective actions created, what kind of activism was present? How did the government interact with young people after 2013? How did the process of dedemocratization and anti-democratic acts impact the performance of the youth? The important thing is to try to decipher its meaning and the enigmas of that time that impacted what came after and understand why there is a dispute about its legacy.

**KEYWORDS:** june 2013; activism, protests, social protests, social movements

## Apresentação

Junho de 2013 foi um marco importante na cena sociopolítica brasileira pelos protestos e manifestações nas ruas com novos repertórios e performances de ação e uso intenso de novas tecnologias. Ele também fez parte de um conjunto de outras grandes manifestações de jovens nas ruas, em várias partes do mundo, que entrou para a história como o ativismo dos Indignados. Protestavam contra o quê e contra quem? Quais os impactos, efeitos e mudanças na cena sociopolítica brasileira quando estamos a completar uma década de junho de 2013? Este é o objetivo central deste artigo: analisar as mudanças que foram ocorrendo ao longo desse período, as novas configurações, os impactos e o legado daqueles protestos no Brasil. Para tanto, será feito inicialmente um balanço dos argumentos centrais de alguns autores(as) nas produções publicadas nos últimos dez anos a respeito de Junho de 2013 no Brasil visando reconstruir elementos desse legado.

A seguir, será apresentado um mapeamento das ações coletivas com base em arquivos de dados coletados na mídia e redes sociais, indagando: quais as relações com 2013, quais as transformações, quais memórias ficaram registradas, quais as novidades e novas ações coletivas que foram criadas, que tipo de ativismo estiveram presentes? Eles estavam colocados em 2013? Como o poder público interagiu com os jovens após 2013? Como o processo de desdemocratização e os atos antidemocráticos impactaram a atuação da juventude? O artigo mostra que há diferentes interpretações e narrativas sobre junho de 2013 gerando uma disputa pelo seu legado. O artigo encerra-se com uma indagação: Quais as perspectivas de novas possibilidades no horizonte político brasileiro com o novo cenário político de 2023 com o retorno de princípios democráticos e sistemas de gestão e controle de processos institucionais e sociais? Portanto, o mais importante não será focalizar 2013 em si, mas buscar decifrar os enigmas daquela época que impactaram o que veio depois. Refletir e avaliar, a partir de junho de 2013 como foi sendo incorporada não apenas demandas progressistas contra as

desigualdades e pela inclusão social, mas também “Demandas conservadoras que se apropriaram da pauta, aproveitando-se da janela de oportunidades que a política brasileira oferecia” (GOHN, 2022, p 27). Como pano de fundo buscou-se compreender o papel das ações coletivas na frágil democracia brasileira, ao longo de uma década.

Desde logo, é importante lembrarmos que as manifestações de 2013 inseriram-se numa onda global de contestação, do autoritarismo no Oriente Médio, passando pelos protestos contra as políticas neoliberais na Grécia, Espanha, Portugal etc.; ao Occupy Wall Street norte-americano e seu apoio e multiplicação em diferentes partes do mundo. Muitos jovens fizeram da indignação o lema de suas lutas, nos moldes tratados por Hessel (2011). Portanto, o Brasil não pautou o acontecimento, mas agregou especificidades na agenda global de protestos contra governos e suas políticas públicas, com uma diferença porque aqui não foi uma resposta direta à crise econômica mundial após 2008 (NOBRE, 2023).

Os acontecimentos que se espalharam pelo Brasil em 2013 receberam diferentes denominações como Manifestações, Protestos, Jornadas, Atos, Revoltas, Levante etc. O mês de junho é simbólico, mas elas se iniciaram meses antes em algumas capitais.

## Junho de 2013 no Brasil e os principais argumentos sobre seu significado histórico na literatura e avaliações sobre o seu legado

Muitos analistas viram em junho de 2013 o renascer do associativismo e resistência na sociedade civil, de nova forma, com novos repertórios, grande participação dos jovens, uso intenso das novas tecnologias etc. (CASTELLS, 2013). Segundo Badiou, “foi aberta a ‘possibilidade da possibilidade’ de uma subsequente ruptura criadora de um desdobramento histórico imprevisto” (BADIOU, 2012, p. 28). Mas, no Brasil, principalmente depois de 2013, muitos analistas viram junho de 2013 como o início das ações da direita, a entrada em cena do ultraconservadorismo que se apropriou de mídias e redes, entrou

fortemente no jogo político, elegeu Jair Bolsonaro em 2018, e promoveu uma desdemocratização do país com desmonte e ataque às instituições públicas. Junho 2013 seria o “ovo da serpente”, como denominou Nobre (2023). Esse ponto será retomado na segunda parte deste artigo. Desde logo, esclareço que eu me filio à corrente que viu e vê as manifestações Junho de 2013 como um fenômeno contraditório, diferenciado conforme as regiões do Brasil, mas um marco importante na cena sociopolítica brasileira de protestos e manifestações públicas no Brasil pelas novas formas de ação, performances, estratégias, novos repertórios, novas possibilidades de organização e o uso intenso de novas tecnologias, via redes sociais, blogs etc. A mídia tradicional – jornais, TV etc. – teve de se recriar para entender e dar conta sobre o que estava acontecendo. Foi um fenômeno midiático, mas não criado pela mídia tradicional, como disseram alguns, mas certamente que a mídia contribuiu para o gigantismo que as manifestações alcançaram. Junho de 2013 foi marcante, sobretudo, na sua composição sócio-etária, com a grande participação dos jovens. Este era o fato novo que me despertou mais atenção – o dado geracional, a faixa etária, a idade e não a composição social dos manifestantes. A grande maioria nas ruas era composta por jovens, portanto, o dado da composição socioeconômica, se era camada média ou de trabalhadores, não era o mais relevante. Vários analistas do associativismo nesse período, de diferentes correntes teóricas ou ideológicas, também destacaram o papel dos jovens e o uso das novas tecnologias via redes sociais, blogs etc. O importante é que uma nova sociabilidade se construiu e de intersecção entre a chamada geração *millenials* da fase das políticas neoliberais globalizantes, e a geração seguinte, a intitulada geração Z, das mídias e redes sociais. O desenvolvimento, avanço e a complexidade dessas redes, ao longo da última década, também explica parte das transformações ocorridas com as posições antipolítica, antissistema dos jovens, apropriadas/recriadas por setores conservadores com posições negacionistas nas guerras culturais de

narrativas e fake news que se instalaram na sociedade e na política, conforme será discutido adiante.

Uma indagação importante na época, quando eclodiram os atos nas ruas foi: quem eram os manifestantes, qual a composição social? André Singer delineou uma hipótese importante quando disse:

Houve dois pontos de vista sobre a composição social dos acontecimentos de junho. O primeiro identificou neles uma extração predominante de classe média, enquanto o segundo tendeu a enxergar uma forte presença do precariado: “a massa formada por trabalhadores desqualificados e semiqualiificados que entram e saem rapidamente do mercado de trabalho”. Analisando as pesquisas disponíveis, gostaria de sugerir uma terceira hipótese: a de que elas possam ter sido simultaneamente as duas coisas, a saber, tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho. (SINGER, 2013, p 27)

Angela Alonso distribuiu os participantes das manifestações de junho de 2013 em grupos organizados segundo modelos organizacionais de três repertórios de confronto, a saber:

Durante os protestos, manifestantes construíram suas performances políticas a partir de modelos organizacionais e expressivos de três repertórios de confronto. O repertório socialista, velho conhecido, reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones,

organização vertical. A apregoada “novidade” de 2013 veio do uso do repertório autonomista, de movimentos por justiça global, que repaginou signos e slogans anarquistas. Nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática Black Blocs), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo). O terceiro repertório, o patriota, foi menos notado em 2013, embora o nacionalismo esteja em moda mundo afora e se enraíze na tradição local. (ALONSO, 2017, p 49)

No Brasil, Marcos Nobre (2013) analisou junho de 2013 como um grito de rejeição da sociedade a um sistema político que não mais representava suas diferenças, liberando energias represadas, um processo de irrupção democrática. Com acerto assinalou, na época, que os efeitos históricos daquele momento seriam sentidos por muito tempo. O que não se vislumbrou com clareza, na época, foram os desdobramentos daquelas energias para um campo não democrático, de negação da democracia, a partir de 2014.

Em 2022, Nobre retoma o tema assinalando que junho de 2013 registrou grandes manifestações nas ruas, primeiro, contra aumento nas passagens de ônibus e, depois, que abrangeu insatisfações políticas da população — como um marco do declínio da democracia, afirmando que tentou descrever o conjunto de “ações e omissões” que o sistema político viveu a partir de então:

Para mim, em junho de 2013 é o momento em que ficou claro que não tinha jeito de fazer política do jeito que ela estava sendo feita nos 20 anos anteriores. Ali em 2013, é um sintoma de que a nossa vida tinha mudado, portanto, tinha mudado também nossa relação com a política. (UOL, 2022)

Num primeiro momento, junto com o protesto contra o aumento das tarifas dos transportes, havia demandas de perspectiva à luta por melhores serviços públicos. Segundo Luiz Werneck Vianna, em junho de 2013 um novo:

Espírito do tempo que irrompe sem dono e sem prévia concertação permeando o tecido social e as instituições do Estado levando a aproximação das pessoas comuns com a política e no rechaço público a promiscuidade entre partidos políticos, o Estado e o poder econômico. As manifestações sinalizaram em alto e bom som que a sociedade não admitia ser uma base passiva para o Estado e seus governantes. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2016)

Marco Aurélio Nogueira, analisando as manifestações no “calor da hora”, afirmou:

A polissemia e vibrante voz das ruas, que agora atinge alto e bom som, tem a ver com a emergência de um novo modo de vida e o esgotamento de um modo de vida de fazer política. Associa-se a uma percepção de que a sociedade está excluída da arena política e quer nela ser incluída e dela participar. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013b)

O mesmo autor completou:

As ruas de junho falaram muitas coisas. Suas vozes verbalizaram uma insatisfação que não se imaginava presente no País. [...] Potencializadas pelas redes sociais, turbinadas pela violência policial e pegando a todos de surpresa, as vozes fizeram-se ouvir. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013b)

Entretanto, vários analistas alertaram que faltava a esses movimentos definições estratégicas, programáticas e teóricas, alertando para a fragilidade organizatória do movimento, a não definição de rumos, e o perigo de ser apropriado por forças conservadoras da direita, como já registrado em outros momentos históricos de tensão social. Marilena Chauí chegou a afirmar que ativistas como os Black Blocs “agem com inspiração fascista, mais do que anarquistas”. Para Chauí, “os grupos não têm um plano de organização social futuro, em substituição à estrutura social vigente” (FOLHA DE S.PAULO,

2013). A professora Vera Chaia avalia, em reportagem escrita por Joelmir Tavares para a *Folha de S.Paulo*, dez anos depois, que:

Os movimentos de direita conseguiram capitalizar o momento, e a esquerda perdeu o controle [...] A polarização que se estabeleceu nas próprias manifestações e se espalhou na sociedade é ainda hoje um resquício de 2012, mas também uniu setores democráticos na quadra recente [...] e a força da sociedade civil é maior agora do que uma década atrás. (FOLHA DE S.PAULO, 2023e)

Cláudio Couto, avaliando também dez anos depois, disse, em entrevista à Uirá Machado: Junho de 2013 foi “o momento em que se abriram no Brasil as comportas da antipolítica no sentido mais forte” (FOLHA DE S.PAULO, 2023a), explicando que a negação da política como um todo e dos partidos em particular implica a recusa do pluralismo, já que esses são instrumentos de diálogo na democracia representativa.

## O uso da violência nas ruas

Outro registro importante sobre Junho de 2013 diz respeito à violência. E aqui o tratamento dado inicialmente pela grande mídia, denominando os atos como de “vândalos”, clamando pelo combate nos rigores da lei, certamente contribuiu para a brutalidade da polícia militar nas ruas, pelo menos no caso de São Paulo. Retomo aqui análise que fiz em livro de 2014, com uma longa autocitação.

Atos de violência contra o patrimônio público e privado ocorreram em Junho de 2013, e mais intensamente a partir de Julho de 2013 nas manifestações, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, foram registrados e caracterizados pela mídia como “vandalismo”, patrocinados por manifestantes “mascarados”, vistos como grupos de agitadores infiltrados, arruaceiros e outros. Conforme já dito anteriormente, os Black Blocs não consideram seus atos como de vandalismo nem violência por não atingirem

10.17771/PUCRio.DDCIS.64173

doi

pessoas, fazem performances contra o capital e tentam quebrar preconceitos, como a própria ideia de vândalo. Ideologias de alas radicais anarquistas e de desobediência civil fundamentam as crenças e valores desses jovens. O fato é que a violência, quando passou a ser constante e predominar nas manifestações, fragmentou os atos e fizeram dos protestos um campo de ataque e violência. A polícia agiu com violência nessas ocasiões gerando um clima conturbado onde era difícil identificar quem são os agressores, que grupos estão tomando essas iniciativas e quais seus objetivos. O debate fica por conta de quem a iniciou. A população refluíu, especialmente as camadas médias. O poder público mudou a tática – passou a prender e processar os manifestantes. Prisões, convocações para depor, processos, inquéritos etc. também passaram a ocupar e preocupar os manifestantes pois já não bastava pagar a fiança para a soltura. [...] A prática sistemática da violência nas diferentes manifestações ocorridas depois de Junho de 2013 ofuscou a legitimidade das ações, afastou as grandes massas das manifestações, contribuiu para o isolamento e segmentação dos ativistas. Vários analistas concordam com essas ponderações. D. Cohn-Bendit, na entrevista citada anteriormente diz: “O emprego da violência é algo que reduz a influência de uma manifestação sobre a sociedade.” O poder das ruas construído em Junho passou a ser desconstruído, pois, como alerta H. Arendt, poder e violência não se confundem, a violência não cria poder, o destrói. Há várias interpretações na literatura contemporânea sobre a violência. Seu significado é amplo e contraditório, depende do ponto de vista do autor do discurso. Pode aparecer como resultado de tensões e conflitos nos atos de cidadania insurgente, tendo por base um repertório universalista de direitos, (HOLSTON, 2013); ou como fruto de contextos situacional e relacional (JURIS, 2005). Em qualquer vertente, ela surge como algo construído com base na ação de indivíduos, nas suas relações sociais e nos contextos sociopolíticos e culturais que vivenciam, atribuindo significados a seus atos e discursos (STANKO, 2002) (GOHN, 2014, p. 76-77).

A questão da violência é importante de ser discutida porque, até 2013, ela era analisada em dois campos das lutas sociais: na área rural, com as ocupações de terras e nos protestos antiglobalização da década de 2000-2010. As manifestações nas ruas dos movimentos sociais organizados urbanos usualmente ocorriam como protesto, mas sem uso da violência. Após 2013, o uso da violência passou a ser recorrente, especialmente se estavam presentes os grupos Black Blocs (SOLANO, 2014).

### A falta de diálogo com os poderes públicos

Sabe-se que entre 2000-2013 ocorreu a criação ou implementação, no Brasil, de novos canais de participação social, geradores de novas formas de sociabilidade e de fazer política – os conselhos, câmaras, fóruns, plenárias etc. que atuam na esfera pública, articulando representantes da sociedade e dos organismos estatais na gestão de bens públicos. Todo esse sistema começou a colapsar a partir de 2013. Um dos desafios dos gestores públicos até 2013 foi despertar o interesse dos jovens para esse tipo de participação, desafio este que parece não ter tido grande sucesso na época, se apurarmos as lentes para a leitura de uma das denúncias que os cartazes de Junho de 2013 diziam: “eles não nos representam”, referindo-se aos políticos de uma forma geral.

O fato marcante no segundo semestre de 2013 foi o de que o governo teve dificuldade de encontrar interlocutores após as manifestações de junho. Ao retomar uma agenda de diálogo com os movimentos sociais, em julho, os convidados para ir ao palácio presidencial foram os mesmos dos últimos dez anos: movimentos rurais, centrais sindicais, movimentos identitários (mulheres, afrodescendentes, indígenas, movimento LGBTQIAP+ etc.), ambientalistas etc. As novas formas de movimentos, organizadas por ativistas que atuam em redes sociais em torno de tópicos específicos, como o MPL e outros coletivos destacados neste texto, não estavam anteriormente na agenda das políticas públicas. (GOHN, 2014, p 80).

Faltou diálogo com jovens que estavam em desacordo com as políticas vigentes, mas eram progressistas, assim como faltou diálogo também com setores de direita que já estavam lá, mas ainda inexpressivos. Alonso diz em livro recente: “faltou diálogo com a rua de direita ainda em 2013” (ALONSO, 2023).

## A necessidade de reforma política

Os efeitos das manifestações foram sendo produzidos paulatinamente e observados na adesão de milhares de pessoas às manifestações, na repercussão internacional das manifestações, em jornais, TVs, revistas, atos de apoio aos protestos (em Londres, Lisboa, Madri, Barcelona, Copenhagen, Berlim, Nova York, Sydney, Atenas, Istambul etc.), e na aceleração da aprovação ou rejeição de propostas no Congresso (a exemplo do arquivamento da PEC 37 e do projeto da “cura gay”). As manifestações levaram também, em julho, à retomada das ações de mobilizações nas ruas por parte das centrais sindicais e movimentos populares rurais e urbanos, que há muito circunscreviam suas ações a atos em Brasília e na participação em conferências e eventos coorganizados por secretarias governamentais.

O olhar retrospectivo sobre aquele período nos revela que a necessidade de uma reforma política estava posta, e não foi realizada pois foi atropelada pela mudança na conjuntura política nacional após os resultados das eleições de 2014.

Perry Anderson, em entrevista ao *Estado de São Paulo*, afirmou em 2013: “a chave para a reforma política precisa ser uma transformação do sistema político, cuja involução para uma ordem decadente e ensimesmada, afastada da vida popular do país, é agora amplamente reconhecida” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2013a). Antonio Maroni afirmou na ocasião a necessidade de:

Uma reforma que amplie as possibilidades e oportunidades de participação, e seja capaz de incluir e processar os projetos de transformação que sujeitos políticos historicamente excluídos dos espaços de poder trazem para o cenário político. Foi essa a principal lição que as manifestações de junho nos colocaram. (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2013)

## Junho 2013, os jovens e os coletivos

No Brasil, os protestos de 2013 não podem ser classificados simplesmente como pautas identitárias, ou defesa dos direitos de grupos determinados da sociedade. Em 2013, boa parte dos jovens que saíram às ruas não estavam nos movimentos identitários nem nos populares, e tinham escassa relação com correntes político-partidárias. Os jovens das camadas populares ou de classe média eram de outra geração (GOHN, 2014). Muitos deles estavam em coletivos. E muitos conheceram a forma coletivo participando das manifestações de Junho de 2013 (PEREZ, 2019).

Nessas manifestações, ficou explícita a articulação entre coletivos – uma novidade no associativismo civil, pois antes se restringiam a coletivos na área da cultura e alguns movimentos sociais, a exemplo do controverso Fora do Eixo, um grupo da mídia alternativa que teve intensa participação em Junho de 2013 em várias cidades do Brasil. Mas também pode-se observar a negação de participação em movimentos clássicos, tradicionais, como partidos e sindicatos.

Desde a década de 2010, progressivamente os Coletivos passaram a dominar a cena do associativismo civil. Cristhiane Falchetti observa que o papel que eles passam a desempenhar a partir de 2013. Diz ela: “o desdobramento de junho nas lutas urbanas é o florescimento de um ativismo urbano composto por um conjunto de coletivos e práticas de ocupação e redefinição de espaços públicos, que se referem aos direitos na vida cotidiana na cidade. Essa constelação de iniciativas ainda é pouco mapeada e de difícil apreensão justamente por ter uma forma de organização menos



estruturada, vínculos mais fluidos, e ações mais intermitentes. (FALCHETTI, 2021:17)

É bom lembrar também que o principal ator a dar início às manifestações de 2013 foi um grupo diferenciado dos movimentos clássicos, mas que se autodenominava movimento social: o MPL-Movimento Passe Livre, movimento existente desde 2003, no início restrito a um núcleo militante, e que em 2013 reuniu ativistas do próprio MPL, integrantes de alguns partidos políticos e coletivos libertários. Em São Paulo, inúmeros participantes do movimento das ocupações de escolas públicas em 2015-2016, entraram ou criaram coletivos depois que o movimento encerrou as ocupações.

Junho de 2013 foi marcado por uma conjuntura com novas articulações, pela estruturação de um discurso crítico aos espaços tradicionais de participação e representação política, bem como por questionamentos sobre as estruturas de organizações históricas, tais como partidos, sindicatos e mesmo organizações de movimentos sociais de caráter mais formal. Muitos analistas não perceberam ou recusaram-se a ver essa faceta das manifestações e alegaram, como já assinalei antes, que faltava a estes movimentos definições estratégicas, programáticas e teóricas, alertando para a fragilidade organizatória do movimento, a não definição de rumos, e o perigo de ser apropriado por forças conservadoras da direita. Outros analistas assinalam que não se trata de ver a forma organizativa como horizontal nem vertical (NUNES, 2023). De fato, era uma forma diferente de se organizar e ver o mundo da política, distinta da clássica esquerda tradicional. A fragilidade organizatória dos jovens, os embates internos etc., as críticas da esquerda clássica, e a percepção de oportunidades que se abriam para a direita, à espreita desde a época do mensalão, com o movimento Cansei, de 2007, por exemplo, corroboraram para o enfraquecimento do campo em Junho de 2013, mas novas possibilidades se abriram.

Portanto, junho de 2013 foi um evento que entrou para a história como um *acontecimento*, nos termos de Badiou (1995), aqueles que nos obrigam a um

novo modo de ser, imprevisível, novo; que demarcou novas possibilidades no horizonte político (MARCHART, 2009). Os jovens tiveram resultados, com a retirada do aumento da tarifa e impactos em ações futuras, quando inspiraram jovens secundaristas, e passaram a apostar em coletivos e outras formas de sociabilidade mais horizontais e transversais, constituindo-se em contrapúblicos de resistência.

## O desenrolar das manifestações após Junho de 2013

Após Junho de 2013, as demandas dos protestos incorporaram não apenas demandas progressistas contra desigualdades e pela inclusão social. Demandas de conservadores logo apropriaram-se da pauta, aproveitando-se da janela de oportunidades que a política brasileira oferecia, com denúncias de corrupção na Petrobras e outras estatais. A pauta que passou a predominar e ganhou amplo apoio na sociedade, após as eleições de 2014, foi a de lutar contra as elites políticas corruptas. A operação Lava Jato tornou-se símbolo emblemático dessa luta. Logo depois, algumas dessas “organizações” utilizaram a sigla movimento para lançarem suas organizações, caso do MBL-Movimento Brasil Livre, que quis pegar carona no sucesso do MPL-Movimento Passe Livre, com protagonismo inédito em junho de 2013.

A partir de 2015, com a crise política gerada pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e com o grande foco da mídia e do poder judiciário no combate à corrupção, vários partidos foram atingidos, especialmente o PT-Partido dos Trabalhadores, que perdeu eleições em locais importantes como a prefeitura de São Paulo em 2016 etc. Logo após 2015, diferentes movimentos sociais canalizaram energias contra obras da Copa e das Olimpíadas de 2016; explode um movimento de jovens estudantes secundaristas contrarreformas da estrutura das escolas e do ensino médio, e as lutas antirracistas e feministas cresceram impulsionadas também pelo ativismo internacional a respeito. Após 2016, a pauta dos movimentos ficou mais no plano da

resistência às reformas econômicas e previdenciárias. Concordamos com o que Alonso disse sobre esse período:

Mobilizações contínuas em sentidos diferentes, por mais de três anos, desmentem a crença disseminada da passividade dos brasileiros. Poucas sociedades se mobilizam tanto e sobrevivem à intensa mobilização em direções contrárias, sem explodir em confronto aberto. (ALONSO, 2017, p 57)

No entanto cresceu o número de organizações e movimentos políticos que, por meio da mídia, fake news etc. acirram a “política do ódio” imperante desde a fase das manifestações pelo impeachment, em 2015-2016. Analistas observam que de 2015 a 2018 ocorreram grandes transformações na paisagem ideológica brasileira, com o colapso do modelo do nacional-desenvolvimentismo e ascensão do movimento liberal: Menos Marx, Mais Mises (ROCHA, 2021). As redes on-line passam a ser um novo espaço público via as grandes plataformas digitais, que criaram, com ajuda de grandes empresas, algoritmos e marcadores socioemotivos, associados aos afetos, à raiva, ao ódio, à indignação. Eles alimentam e estimulam as guerras culturais das narrativas e não mais apenas um meio para comunicação e agregação, a autocomunicação, que falava Castells no início da década de 2010 (Cf. FOLHA DE S.PAULO, 2023d).

De fato, o que se observou em relação aos órgãos institucionais de participação a partir de 2015 foi a sua desativação ou esvaziamento. Ativistas de movimentos e organizações sociais que atuavam como representantes em estruturas colegiadas estatais como as IPs (Instituições Participativas), foram abandonando os cargos, por desestímulo (reuniões não convocadas, pautas genéricas) ou tiveram seus conselhos desativados, especialmente na área da juventude. Esses espaços constituíam núcleos de participação de aprendizagem de políticas públicas.

Na conjuntura pré-eleitoral de 2016 e 2018, vários participantes de coletivos optaram pela participação institucional, concorrendo a cargos públicos pelo voto popular. Como isso ocorreu? Por que optaram pela via institucionalizada se a emergência dos jovens na cena pública, nas manifestações nas ruas, em 2013, foi pela negação da política institucional, ou da negação da forma como ela era praticada. É importante lembrar novamente que eles se apresentavam como apartidários, mas não antipartidários (GOHN, 2014). Alguns dos coletivos identitários deram origem a grupos voltados para a formação de “bancadas ativistas” na esfera pública, para a atuação institucional, parlamentar. No caso das mulheres, cite-se como exemplo o Somos Muitas, em Belo Horizonte, criado após os protestos e manifestações de Junho de 2013, e a Bancada de Ativistas em São Paulo. Eles fazem parte de coletivos feministas que passaram a inovar a cena pública brasileira no campo do associativismo contestatório a partir de 2013. A Bancada de Ativistas expressa mudanças na forma como esses grupos passam a ver a relação com o Estado. Registre-se, entretanto, que inúmeros jovens que tiveram protagonismo central nos atos de Junho de 2013, em São Paulo e no Rio de Janeiro, atuando como porta vozes dos manifestantes, em entrevistas a jornais, ao programa *Roda Viva*, ou indo ao Palácio do Alvorada em Brasília em reunião convocada por Dilma, após os grandes atos, não optaram pela via de ingresso à vida político-partidária nos últimos dez anos, sendo casos raros casos de ingresso a disputa em cargos públicos via eleições legislativas, e não foram eleitos. Uma análise mais profunda ainda está a ser feita sobre esses “autonomistas” que lutavam por uma política e um governo diferenciado (FOLHA DE S.PAULO, 2023f).

## 2018- 2022: o colapso do sistema institucional de participação. A pandemia e as formas de resistência das ações coletivas organizadas

No plano mais geral, desde a segunda metade da década de 2010, a pauta das discussões girou em torno da crise da democracia. Portanto, é necessário pontuar as mudanças operadas na sociedade e na política brasileira pós-Junho de 2013 e a sequência de acontecimentos que levaram a 2018.

A ascensão de grupos de direita ao poder central, com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, levou, num primeiro momento, os movimentos sociais clássicos mais próximos das siglas partidárias da esquerda a perderem espaços e protagonismo, mas a nova conjuntura política e econômica rapidamente reabriu espaço para a luta em defesa de reformas na educação, contra a reforma previdenciária, o movimento criado ao redor do assassinato de Marielle Franco, em março de 2019, exigindo esclarecimentos sobre os culpados e clamando pela punição deles. Essas pautas absorveram as energias dos movimentos sociais progressistas, clássicos ou novos/identitários, entre 2018-2019. Em abril de 2019, o Presidente Jair Bolsonaro cancelou, via decreto, a lei que criou um sistema nacional de participação social e dezenas de diferentes conselhos foram extintos. Muitos tentaram defender esses espaços como necessários, e se lançam na construção de novos espaços, como os citados mandatos coletivos.

Entre 2019 e 2022, ocorre o crescimento dos atos e grupos antidemocráticos – prefiro nominá-los de contramovimentos (Cf. CODATO, 2015; SILVA, 2018; SOLANO; ROCHA; MEDEIROS, 2021). Vários dos grupos que passaram a protagonizar cenas de protesto nas ruas e violência contra sistemas judiciários foram criados na época de junho de 2013, a exemplo do movimento Nas Ruas. A partir de 2013, progressivamente cresce uma direita renovada e popular, que não tem mais vergonha de sair às ruas.

Sabe-se que de 2020 a 2021 corresponde à fase da emergência e auge da pandemia mundial da Covid-19, com alterações significativas no cenário do

associativismo civil, grupos e movimentos sociais tradicionais retraíram-se das ruas, novas formas de manifestação surgiram como de entregadores de mercadorias por aplicativos, e novas formas de solidariedade na comunidades mais carentes, via associações e redes comunitárias de compras, apoios etc., recriando, de forma totalmente diferente o associativismo popular da década de 1970-1980.

## 2023 – A Retomada de princípios democráticos e formas participativas institucionais

Quais as perspectivas com o novo cenário político de 2023 com o retorno de princípios democráticos e sistemas de gestão e controle de processos institucionais e societais? É possível reconstruir as estruturas de participação institucionais nos moldes que já existiram, na fase do ativismo estatal (Cf. ABERS; VON BÜLOW, 2011)?

Esse ponto é muito relevante e merece estudos detalhados, e não será tratado neste momento. Registro apenas dois itens:

1. O período de transição entre o resultado das urnas de outubro de 2022 e o mês de dezembro, quando foram elaborados planos, propostas e estratégias do novo governo eleito do Presidente Lula. Destaco a articulação de grupos, movimentos e sindicatos nas discussões, não apenas grupos já tradicionais, mas grupos dos povos originários, especialmente os indígenas. Disso resultou uma configuração distinta dos governos anteriores do Presidente Lula e Dilma Rousseff, com a criação de Ministérios e secretarias especiais ampliados ou específicos sobre Direitos Humanos, Povos Originários, das mulheres etc.
2. O ataque aos órgãos do Estado Brasileiro de 8 de janeiro de 2023 por grupos conservadores e antidemocráticos, destruindo patrimônio público em ação inédita não vista antes na história da República brasileira. Foi uma demonstração de que a política do antagonismo e do ódio, desenvolvida nos últimos anos, está e se fez



presente com força, demonstrando que o conflito social atual é muito diferente de junho de 2013. Em 2013, os jovens fizeram política por vias não institucionais, contribuíram para uma politização alternativa da sociedade. Em janeiro de 2023, os conservadores e reacionários atuaram via golpe, após uma campanha golpista de deslegitimação da justiça eleitoral e negacionismos de toda ordem.

Uma conclusão que se pode retirar neste artigo é: a partir das últimas décadas, especialmente no período da participação popular impulsionada pelos canais participativos oficiais, e seus reflexos a partir de junho de 2013: é preciso não deixar de lado o foco no que ocorre na sociedade civil, no campo do associativismo, em suas diferentes formas, e isso é básico. O apoio ou o engajamento institucional de movimentos progressistas em instituições participativas e programas governamentais pode ser um dos vetores para a compreensão do processo de participação social e as ações coletivas no país, mas não é o único ou o mais importante.

### Considerações finais: avaliando o legado de Junho de 2013

Dez anos após as manifestações de junho de 2013, ainda estamos mapeando e discutindo seus impactos no sistema político, social e cultural, e ainda estamos em alguma medida sob seus efeitos, e longe de serem compreendidos em sua totalidade (MARINHO, 2022). Já assinalamos em publicações anteriores que as manifestações de 2013 impactaram “a sociedade e a agenda de governantes” (GOHN, 2014); e após uma década ainda são “um enigma a decifrar” (GOHN, 2017; 2019).

O legado de junho de 2013 continua em disputa entre setores sociopolíticos, especialmente entre diversos segmentos da esquerda. Marcos Nobre avaliou que o ovo da serpente é a interpretação dominante de junho de 2013. Para uns, adeptos das teorias conspiratórias, demonizar Junho de 2013 serve como justificativa para explicar o que veio depois, para se isentar da incapacidade de diálogo, de articulação política, de olhar de fato o que ocorria

na sociedade, de enxergar os jovens da época de forma diferente do padrão do militante partidário. Nobre diz que: “Junho talvez seja a primeira grande revolta popular na história brasileira a ter sido demonizada pela esquerda – por parte dela pelo menos, e não pelo conservadorismo da direita de sempre”. (FOLHA DE S.PAULO, 2023b). Wladimir Safatle (2013) afirmou que, um legado possível a se retirar da época seria “à esquerda entender que diante da população nas ruas, não se vira as costas. Isso aconteceu em 2013.”

Após 2013, as experiências e manifestações coletivas estão associadas à luta por direitos de comunidades específicas (raciais, étnicas, de gênero, comunidades LGBTQIA+, grupos religiosos, ativistas pelo meio ambiente etc.). No Brasil, essas demandas devem ser compreendidas também no contexto de mudanças ocorridas a partir da década de 2005, com a inclusão de jovens ao sistema de ensino e as mudanças ocorridas via Prouni, lei de cotas, programas de bolsas no exterior, como o Ciência sem Fronteiras etc. Portanto, ocorreram algumas alterações na estruturação da sociedade brasileira, no acesso à educação, combate ao racismo, políticas de gênero etc. Não se trata apenas de “opção” política por pautas identitárias, deslocando o foco das questões estruturais, da pobreza e da desigualdade, questões de classe social em suma. O que tem ocorrido é que a maioria das abordagens tratam essas questões de forma separada, quando deveriam estar entrecruzadas, considerando a interseccionalidade entre atores, demandas e pautas.

Um breve olhar inicial sobre os movimentos a partir de junho de 2013 leva-nos a observar: há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação – os acontecimentos no calor da hora provocam reações que geram novas frentes da ação coletiva. A composição delas é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo. As emoções dos indivíduos e coletivos ganham destaque nos protestos políticos e podem assumir papel ativo da construção do social. Muitos dos que protestaram negaram a política partidária atual. Contudo, não

basta focar nos indivíduos, nas organizações e nos eventos de protesto, como bem disseram Diani e McAdam (2003). E retomo escritos meus:

É preciso observar também a multiplicidade de laços entre os diferentes atores, episódios ocorridos na conjuntura sociopolítica e cultural paralelos aos eventos que poderão lhes dar sentido e direção. A pluralidade de indivíduos, grupos e organizações presentes nas manifestações com predominância dos jovens, deve ser analisada pelas redes de compartilhamento de crenças e pertencimentos, pelas interações informais e pelas identidades coletivas que vão construindo. Os conflitos político-culturais dos manifestantes, especialmente no caso dos jovens na atualidade, devem ser lidos com chaves analíticas diferentes das que foram utilizadas para analisar os denominados novos movimentos sociais identitários nas décadas de 1980-2000. (GOHN, 2019, p.170-171)

Falchetti completa:

Enquanto as experiências anteriores estavam mais associadas à emancipação política e a soberania popular, polarizando com o aparato repressivo do Estado no contexto nacional da ditadura militar. Já a experiência do início dos anos de 2010 remete ao referencial anarquista anticapitalista de âmbito internacional, opondo-se à todas as formas burocráticas, hierarquizadas e centralizadas e assumindo um caráter de recusa à institucionalidade e valorização dos processos e práticas coletivas. (FALCHETTI, 2017:19)

Ou seja, as identidades são construídas de forma totalmente diferente. Na década de 1980, a partir da solidariedade e identificação de situações, havia afetividade gerando o que Melucci denominou “capacidade de se reconhecerem e serem reconhecidos como parte de uma mesma unidade social” (MELUCCI, 2001, p 35). Em 2013, a identidade se construiu por diferenciação ao instituído, são contrapúblicos, vozes dissonantes que

reverberaram conflitos pelo silenciamento que viviam. E grande parte dessas vozes e contrapúblicos, construíram, mesmo na adversidade do novo regime político pós-impeachment, caminhos de empoderamento e mecanismos de pressão, especialmente junto ao poder judiciário, a exemplo dos povos indígenas. E as experiências antidemocráticas crescentes a partir de 2016 remetem a construção da identidade a partir do antagonismo, do ódio, de fatores ideológicos advindos de mídias e redes sociais conservadoras. Elas se adensaram e saíram à luz do sol, estimuladas por grupos conservadores e reacionários (FOLHA DE S.PAULO, 2023c). Nada a ver com os jovens de Junho de 2013! Em 2013, os jovens fizeram política por vias não institucionais, contribuíram para uma politização alternativa da sociedade. Em janeiro de 2023, os conservadores e reacionários atuaram via golpe, após uma campanha golpista de deslegitimação da justiça eleitoral e negacionismos de toda ordem.

Concluo este artigo citando um dos inúmeros seminários realizados no Brasil para rememorar dez anos de Junho de 2013. Diz o convite ao evento:

A complexidade deste acontecimento revela-se diante da diversidade temática: do entrelaçamento entre redes e ruas, alianças entre o digital e o social à polarização política e o esgarçamento da sociedade; da crise de representação à emergência da multidão; dos movimentos globais às demandas locais; do Brasil aos Brasis; das forças revolucionárias e experiências solidárias à emergência de extrema-direita e a escala do neoliberalismo; das apostas anarquistas, socialistas, de passe livre e de direito à cidade à criminalização dos movimentos, a regressão política e a retração dos direitos sociais. (UFMG, 2023)

## Referências

- ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. 2011. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?” *Sociologias*, v. 13, n. 28, dez. 2011, p. 52-84.
- ANDRÉS, R. 2023. *A razão dos centavos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALONSO, A. “A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer”. *Novos Estudos*. n. esp. Dinâmicas da crise: 49-58. São Paulo: CEBRAP.
- ALONSO, A. 2023. *Treze – A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- BADIOU, A. 2012. *El despertar de la historia*. Madrid: Clave Editorial.
- BADIOU, A. 1995. *Ética. Um Ensaio sobre a Consciência do Mal*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- CASTELLS, M. 2013. *Redes de Indignação e Esperança*. São Paulo: Zahar.
- CASTELLS, M. 2018. *Ruptura*. Rio de Janeiro: Zahar.
- CESARINO, L. 2022. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora.
- CODATO, A. 2015. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In: CRUZ, S. V.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (Orgs.). *Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 115-143.
- DIANI, M.; McADAM, D. (Orgs.). 2003. *Social movements and networks: relational approaches collective actions*. Oxford: Oxford Uni Press.
- FALCHETTI, C. 2017. “Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo: tendências recentes da ação coletiva no Brasil”. *LASA - Congress of the Latin American Studies Association*. Lima, Peru, 29 apr./ 1 mayo.
- FOLHA DE S.PAULO. 2023. “Black blocs agem com inspiração fascista, diz filósofa a PMs do Rio.” Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/126068-black-blocs-agem-com-inspiracao-fascista-diz-filosofo-a-pms-do-rio.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. 2023a. “Antipolítica marca ciclo que liga protestos de 2013 a 8 de janeiro”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/antipolitica-marca-ciclo-que-liga-junho-de-2013-a-acao-golpista-de-8-de-janeiro.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. 2023b. “Como Junho de 2013 levou culpa pelos desastres do país”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/06/como-junho-de-2013-levou-culpa-pelos-desastres-do-pais.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. 2023c. “Direita perdeu a vergonha após 2013, afirma socióloga”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/06/direita-perdeu-vergonha-apos-2013-que-ainda-e-enigma-a-decifrar-diz-sociologa.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. 2023d. “Junho de 2013 iniciou crise que ainda não terminou”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/06/junho-de-2013-iniciou-crise-que-ainda-nao-terminou.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. 2023e. “Junho de 2013 produz reviravoltas com choques para esquerda e direita”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/junho-de-2013-produz-decada-de-reviravoltas-com-choques-para-esquerda-e-direita.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FOLHA DE S.PAULO. 2023f. “Protagonistas de junho de 2013 perderam holofotes, mas abriram caminho para novatos”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/protagonistas-de-junho-de-2013-perderam-holofotes-mas-abriram-caminho-para-novatos.shtml>. Acesso em: 18 jul. 2023.

GOHN, M. G. 2014. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

GOHN, M. G. 2017. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez.

GOHN, M. G. 2019. *Participação e Democracia no Brasil-Da década de 1960 aos impactos pós -Junho de 2013*. Petrópolis: Vozes.

GOHN, M. G. 2022. *Ativismos no Brasil: movimentos sociais, coletivos e organizações sociais civis – como impactam e por que importam?* Petrópolis: Ed Vozes.

HESSEL, S. 2011. *Indignai-vos!* 3. ed. Lisboa: Objectiva.

HOLSTON, J. 2013. *Cidadania Insurgente*. São Paulo: Companhia. das Letras.

JURIS, J. S. 2005. “Violencia Representada e Imaginada. Jóvenes Activistas, el Black Bloc y Los Medios de Comunicación em Génova”. In: FERRÁNDIZ, F.; FEIXA, C. (Org.). “Jóvenes Sin Tregua: Culturas y Políticas de la Violencia”. *Anthropos*, p. 185-208.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. 2023. “Reforma política: como e o quê?”. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/reforma-politica-como-e-o-que/>. Acesso em: 18 jul.

MARCHART, O. 2009. *El pensamiento político posfundacional. La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou e Laclau*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

MARINHO, L. 2022. “De junio de 2013 al bolsonarismo: prensa, estética y nacionalismo”. *Revista Barda*, ano 8, n. 13, p. 13-36.

MELUCCI, A. 1980. “The New social Movements: A Theoretical Approach”. *Social Science Information*, n. 19, p. 199-226.

NOBRE, M. 2013. *Choque de democracia. Razões da revolta*. São Paulo: Companhia das Letras.

NOBRE, M. 2022. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia.

NOGUEIRA, M. A. 2013. *As ruas e a democracia. Ensaios sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Contraponto.

NUNES, R. 2023. *Nem Vertical Nem Horizontal*. São Paulo: Ubu.

ESTADO DE SÃO PAULO. 2013a. “A rua e o poder”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/alias/a-rua-e-o-poder/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 2023. “O ano que não terminou”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/o-ano-que-nao-terminou-imp/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 2023. “O Espírito do Tempo e Nós”. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/o-espirito-do-tempo-e-nos/>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PEREZ, O. C. 2019. “Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho”. *Opinião Pública*. Campinas, v. 25, n. 3, p. 577-96.

ROCHA, C. 2021. Menos Marx, mais Mises – O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia.

SILVA, M. K. 2018. “A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma?” *Lusotopie*, v. 17, p. 88-111.

SINGER, A. 2013. “Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 97, p. 23-40.

SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W. 2014. *M@scAr@dos: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Blocs*. São Paulo: Geração Editorial.

SOLANO, E.; ROCHA, C.; MEDEIROS, J. 2021. *The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil*. São Paulo: Springer.

STANKO, E. 2022. “Introduction: Conceptualizing the meanings of violence”. In: STANKO, E. (Org). *The Meanings of Violence*. London: Routledge. p. 34-51.

UFMG. 2023. Seminário “Brasil, manifestações, junho de 2013: cidades, política, acontecimento” Faculdade de Arquitetura, Junho de 2023.

UOL. 2023. “Ou Brasil levanta faixa contragolpe, ou Bolsonaro tem chance, diz filósofo”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/25/uol-entrevista-marcos-nobre/>. Acesso em: 13 jul. 2023.

### FILMES E DOCUMENTÁRIOS QUE ABORDAM JUNHO DE 2013

ALONSO, A.; MARKUN, P. 2022. *Junho de 2013. “O Começo do Averso”*. Série Documental em 6 episódios gravados entre 2018-2019. Canal Brasil.

LOURÃO, R.; BOSCO, F. 2019. *O mês que não terminou*.

WAINER, J. 2018. *Junho – O mês que abalou o Brasil*. São Paulo.